



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Julho de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em julho de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	3
Colômbia	5
Equador	8
Guiana	10
Peru.....	11
Suriname	13
Venezuela	14
OTCA	15

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 9 de julho, os presidentes da Bolívia e do Brasil se encontraram na cidade de Santa Cruz de la Sierra, com o objetivo de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os países [1]. Durante o encontro, os presidentes Luis Arce e Luiz Inácio Lula da Silva discutiram agendas de trabalho comuns, incluindo temas como promoção de comércio e investimentos, integração física e energética, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, saúde, migração e cooperação fronteiriça [2]. Como resultado da reunião, foram assinados 10 acordos bilaterais [3].

Com relação à agenda energética, anunciou-se uma nova iniciativa voltada para a distribuição de “energia limpa, contínua e confiável” às populações do norte da Amazônia boliviana, incluindo as cidades de Cobija, Guayaramerín e Riberalta. Segundo dados do *Ministerio de Hidrocarburos y Energías*, este projeto beneficiará cerca de 58 mil residências que atualmente estão isoladas do Sistema Interconectado Nacional (SIN). Além disso, esta iniciativa tem como objetivo descarbonizar a Amazônia boliviana, com uma redução de emissão estimada em 133 mil toneladas de CO₂ ao ano. A energia produzida na Bolívia poderá ser comercializada no mercado brasileiro, permitindo um acréscimo de cerca de US\$ 9 milhões por ano na receita do Estado boliviano [4].

Ademais, foi assinado um Memorando de Entendimento para aperfeiçoar a operação da Usina Hidrelétrica Jirau na Costa 90. Este acordo tem como objetivo otimizar o uso dos recursos hídricos compartilhados e obter benefícios energéticos para ambos os países [5]. Na agenda ambiental, o ministro de *Medio Ambiente y Agua*, Alan Lisperguer, reuniu-se com sua contraparte brasileira, a ministra Marina Silva, para discutir a agenda bilateral entre Bolívia e Brasil. Esta iniciativa é inédita nas relações bilaterais dos países e pretende incluir temas como incêndios florestais, povos indígenas, segurança alimentar, biocombustíveis, gestão integral dos recursos hídricos transfronteiriços, entre outros assuntos [6].

Neste encontro, as autoridades concordaram em criar uma Comissão Mista para desenvolver ações conjuntas no manejo integral do fogo e no combate aos incêndios florestais na Amazônia e marcaram um segundo encontro em Corumbá, Brasil, para dar continuidade aos acordos alcançados neste encontro. Em suas falas, destacaram a importância de conservar, restaurar e gerenciar de forma sustentável as florestas tropicais na Amazônia. Além disso, acolheram a iniciativa “Unidos por Nossas Florestas” e

concordaram que o Brasil apoiará ativamente a inclusão da Bolívia em diferentes coalizões sobre florestas tropicais e Amazônia [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/07/09/16417/>
- [2] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-santa-cruz-de-la-sierra-bolivia
- [3] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/07/09/16442/>
- [4] Disponível em: <https://www.mhe.gob.bo/2024/07/09/bolivia-y-brasil-firman-acuerdo-de-energia-limpia-que-beneficiara-a-58-mil-hogares-en-el-norte-amazonico-boliviano/>
- [5] Disponível em: <https://www.abi.bo/index.php/noticias/politica/36-notas/noticias/economia/52493-hidroelectricas-brasilenas-proveeran-electricidad-a-guayaramerin-riberalta-y-cobija>
- [6] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/07/10/historico-declaracion-conjunta-de-bolivia-y-brasil-arma-agenda-bilateral-en-materia-ambiental/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de julho foi marcado pela continuidade de uma seca intensa e fora de época na Amazônia brasileira, motivada pelas mudanças climáticas, que diminuiu o nível de rios e produziu 14.250 focos de calor (o maior número em duas décadas para o período, e 60% a mais do que no mesmo intervalo do ano passado) [1]. Além disso, o Imazon, organização da sociedade civil, anunciou que o desmatamento na Amazônia brasileira subiu em junho, especialmente nos estados de Amazonas, Pará e Maranhão. O aumento do desmatamento interrompeu o movimento de queda registrado nos 14 meses anteriores, e poderia ser atribuído pela greve parcial de servidores federais ambientais realizada no mês de julho. Entretanto, ainda segundo o Imazon, o desmatamento diminuiu em Unidades de Conservação e em terras indígenas, nos seis primeiros meses de 2024, atingindo o menor tamanho para o período em uma década, nestes tipos específicos de territórios da Amazônia [2].

Na política, ações domésticas e internacionais marcaram o mês. Entre 22 e 26 de julho, foi realizado, no Rio de Janeiro, paralelamente a um encontro entre ministros do desenvolvimento do G20, o evento “Estados do Futuro”, organizado pelo Ministério de Relações Exteriores brasileiro e outras instituições. Diversos integrantes do governo Lula estiveram presentes para debater desenvolvimento sustentável com representantes da sociedade civil e de organizações internacionais [3]. No dia 22, o chanceler Mauro Vieira

compôs o painel de abertura e lembrou, a respeito da Amazônia, que “o Itamaraty retomou o apoio à participação da sociedade civil em grandes debates de política externa, como demonstram os Diálogos Amazônicos”, realizados em 2023, no âmbito da Cúpula de Chefes de Estado da OTCA. [4]

Por sua vez, no dia 23, Tereza Campello, diretora socioambiental do BNDES, afirmou que o Brasil pretende liderar a reconstrução de florestas tropicais em escala global ao cuidar da Amazônia. Detalhou o projeto “Arco de Restauração da Amazônia”, que contará inicialmente com R\$ 1 bilhão de financiamento do BNDES (sendo R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 550 milhões do Fundo Clima) para projetos nesse sentido. A ação integrará a primeira de duas fases: a primeira, até 2030, prevê a recuperação de 6 milhões de hectares, com um investimento estimado de R\$ 51 bilhões (US\$ 10 bilhões); a segunda, entre 2030 e 2050, almeja a recuperação de outros 18 milhões de hectares, com investimentos de R\$ 153 bilhões (ou US\$ 30 bilhões). Campello salientou que o Brasil espera a cooperação financeira de outros países para atingir as metas. [5]

No dia 26, no âmbito do G20, Fernando Haddad, ministro da Fazenda, também apresentou uma proposta que toca a política externa brasileira. Tratou-se de uma versão aprimorada da ideia apresentada pelo Brasil na COP28, em 2023, que visa à criação de um fundo para florestas tropicais, chamado de *Tropical Forest Financing Facility* (TFFF) e traduzido para Fundo Florestas Tropicais para Sempre. A proposta pretende remunerar esforços para manter florestas em pé, porém sem envolver o comércio de créditos de carbono. O governo espera captar US\$ 100 bilhões da iniciativa privada, mas, para aumentar a confiança do investidor, busca mais US\$ 25 bilhões de doações de governos. Cerca de 12 a 15 países concordaram com a proposta [6].

Por fim, no dia 29, em encontro promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Belém, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, anunciou iniciativas de cooperação com o Brasil (além de Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname) para combater o desmatamento e a mineração ilegais na Amazônia. O programa prevê quatro eixos: fortalecimento da cooperação regional para interromper o financiamento de atividades criminosas, treinamento de autoridades para conduzir investigações de lavagem de dinheiro, compartilhamento de informações entre governos, e investigações criminais conjuntas [7]. Também participaram do mesmo encontro Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, e Helder Barbalho, Governador do Pará. Enquanto Marina reforçou a importância de

associar os investimentos às evidências científicas, o governador fez um apelo para que os Estados Unidos exerçam maior participação e liderança no financiamento climático mundial. Além disso, o BID anunciou a renovação dos investimentos no programa Amazônia Para Sempre, de US\$ 1 bilhão em 2023 para US\$ 4,2 bilhões em 2024. O financiamento será distribuído entre 191 projetos. O número de países doadores do programa passou de cinco para nove: Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália, Noruega, Israel, Países Baixos, Suécia, e Suíça [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/07/24/cai-o-desmatamento-em-areas-protegidas-na-amazonia>.
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/07/10/seca-faz-amazonia- virar-barril-de-polvora-e-queimadas-batem-recorde>.
- [3] Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/eventos/states-of-the-future-evento-paralelo-do-g20-discute-modelo-de-estado-para-desenvolvimento-sustentavel-e-socialmente-justo>.
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-da-sessao-do-evento-states-of-the-future>.
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/24/pais-quer-liderar-reconstrucao-internacional-de-florestas.ghtml>.
- [6] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/leticia-casado/2024/07/26/haddad-florestas-g20.htm>.
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/29/transicao-para-baixo-carbono-requer-us-3-tri-diz-yellen.ghtml>.
- [8] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/07/6907814-bid-investe-uss-42-bi-em-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia.html>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 8 de julho, Susana Muhamad, Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, anunciou que o desmatamento na Colômbia atingiu o menor valor em 23 anos no ano de 2023 [1]. Em 2023, cerca de 79.256 hectares de florestas foram desmatados no país, o que representa uma redução de 36% em relação ao desmatamento de 2022. Esse é o menor número já registrado na série histórica de dados do governo colombiano, que foi iniciada em 2000. Segundo Muhamad, o governo colombiano identificou que “existe uma associação direta entre a paz e o resultado do

desmatamento, as condições de paz geram redução” [1]. O desmatamento na região amazônica teve uma redução ainda maior, de 38%, com um total de 44.247 hectares perdidos em 2023 [2].

Em meio à repercussão da redução histórica no desmatamento das florestas colombianas, no dia 9 de julho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável lançou o programa “Florestas para a biodiversidade, o clima e a paz na Colômbia” com a presença do embaixador da União Europeia na Colômbia, Gilles Bertrand, e de embaixadores dos Estados Partes da União Europeia no país [3]. O programa vai atuar nas regiões mais afetadas pelo desmatamento e pelo conflito armado para fomentar um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável, além de fortalecer medidas para redução do desmatamento e impulsionar a luta contra crimes ambientais. No lançamento, a União Europeia anunciou o investimento de US\$ 11,3 milhões para apoiar a contenção do desmatamento e do impacto das mudanças climáticas na Colômbia [4]. Susana Muhamad assegurou que o aporte da União Europeia apoiará “a possibilidade de gerar uma nova economia baseada na biodiversidade” [4]. Em nota, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável afirmou que a redução histórica no desmatamento em 2023 foi um grande propulsor para o investimento da União Europeia [3].

Em julho, a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16) voltou a ser destaque na Colômbia. No dia 16 de julho, o Estado Maior Central (EMC), principal guerrilha formada por dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), pôs em dúvida a realização do evento por meio de uma publicação na rede social X. Ao afirmar que “a COP16 falhará mesmo que militarize a cidade com gringos” [5], o EMC ameaçou a segurança do evento, que deve receber cerca de 12 mil participantes de 196 países. Convém reforçar a relevância da realização da COP16 para o governo de Gustavo Petro, já que o evento pode impulsionar o alcance de alguns dos objetivos de sua agenda ambiental. Além disso, outro pilar do governo colombiano é a Paz Total. As tratativas com grupos paramilitares em busca da dissolução de seus braços armados vêm acontecendo desde o início do mandato de Petro. Dessa maneira, a postagem, além de gerar incertezas para a agenda do evento, pode atingir o governo em duas de suas principais pautas.

Como resposta, no dia seguinte à ameaça do EMC, em 17 de julho, as autoridades colombianas reafirmaram seus compromissos com a realização da COP16 e garantiram a segurança na realização do evento. O ministro da Defesa, Iván Velásquez, afirmou que a

proteção do encontro é “um compromisso que o governo nacional vai cumprir” [6]. A prefeitura de Cali, cidade que sediará a Conferência, também se pronunciou indicando que está atuando junto às autoridades estaduais, nacionais e com o gabinete de segurança das Nações Unidas. A governadora do Valle del Cauca, Dilian Francisca, confirmou a fala da prefeitura de Cali, apontando para a integração entre as esferas estatais. Ao afirmar que estão trabalhando com “o governo, forças militares, a força pública e a polícia” [6], Francisca reafirmou seu compromisso para uma COP16 “tranquila, segura e sem nenhum problema” [6]. Cerca de uma semana após a publicação, no dia 25 de julho, a polícia colombiana capturou Diego Armando Riascos, apontado como participante do EMC. Dessa maneira, fontes policiais afirmaram que, a partir da prisão de Riascos, poderão conseguir mais informações sobre planos de atentados ao evento [7].

Após a prisão, Susana Muhamad seguiu sua agenda de promoção e articulação para a realização da COP16. Entre os dias 26 e 27 de julho, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visitou o Brasil para consolidar uma parceria com o país na Conferência, e discutir questões referentes à região amazônica [8]. A intenção de Muhamad com sua viagem ao Brasil era avançar no alinhamento das visões dos países amazônicos na COP16, e articular o tema da biodiversidade na lógica de conservação da Amazônia [9]. No dia 26 de julho, em um evento de alto nível para abordar o projeto brasileiro “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”, as autoridades colombianas se somaram às autoridades brasileiras para trabalhar em um fundo de defesa das florestas tropicais que vai recompensar financeiramente os países que tenham bons resultados na preservação de suas florestas, com a intenção de captar U\$ 125 bilhões até a COP30 [10]. No dia 27 de julho, Muhamad participou de um evento ministerial para países amazônicos, o “Amazônia Sempre”, liderado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Belém, Pará. O evento contou com a presença de autoridades de Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Bolívia, e com a participação da Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. A pauta do evento foi o “Amazônia Sempre”, programa desenvolvido e coordenado pelo BID, desde 2023, que visa aumentar o financiamento para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e apoiar projetos que podem oferecer alternativas econômicas sustentáveis para os moradores locais [11]. Ademais, na visita, o Brasil se comprometeu a ser um parceiro estratégico para a Colômbia na organização da COP16, buscando a maior representação possível de autoridades de alto nível de países chave na temática da biodiversidade [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-07-08/colombia-frena-la-deforestacion-y-registra-la-cifra-mas-baja-en-23-anos.html>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-petro-logra-la-mayor-reduccion-de-la-deforestacion-en-la-historia-de-colombia/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/union-europea-entrego-mas-de-47-000-millones-de-pesos-para-la-lucha-contr-la-deforestacion-en-colombia/>
- [4] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/la-ue-aportar%C3%A1-10,5-millones-de-euros-a-programa-de-conservaci%C3%B3n-ambiental-en-colombia/83292947>
- [5] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/medio-ambiente/cop16-disidencias-farc-seguridad-GF25024604>
- [6] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/cali/seguimos-con-la-cop16-y-la-seguridad-se-mantiene-como-nuestra-prioridad-3363142>
- [7] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/urgente-policia-de-colombia-capturo-a-tura-jefe-de-las-disidencias-que-recluta-menores-en-cali-y-que-buscaria-afectar-la-cop-16-3365876>
- [8] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/brasil-socio-estrategico-de-colombia-para-la-defensa-de-la-amazonia-y-la-cop16-de-biodiversidad/>
- [9] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-brasil-minambiente-se-reunira-con-secretaria-del-tesoro-de-ee-uu-y-homologos-de-la-amazonia/>
- [10] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/leticia-casado/2024/07/26/haddad-florestas-g20.htm>
- [11] Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bid-lanca-amazonia-sempre-um-programa-guarda-chuva-para-ampliar-coordenacao-na-regiao>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 18 de julho, protestos indígenas contra a exploração de novos poços de petróleo na região sul da Amazônia equatoriana pressionaram por uma consulta popular para decidir sobre a questão. Os protestos foram convocados em reação ao anúncio do presidente do país, Daniel Noboa, de comissionar a abertura de mais poços de petróleo na região [1]. Três dias antes, em 15 de julho, a Empresa Nacional del Petróleo (ENAP Sipec), chilena, assinou um novo acordo de exploração de petróleo no bloco 46 (Mauro Dávalos Cordero), na província de Orellana, pelos próximos onze anos [2]. A ENAP Sipec, que também explora os blocos 3 (Jambelí) e 47 (Paraíso Biguno Huachito), prevê investimentos de US\$ 100 milhões para assegurar que os novos poços aumentem a sua extração diária no país de 28 mil para até 36 mil barris de petróleo por dia [3].

Além disso, em 23 de julho, na região de Sucúa, divergências entre lideranças indígenas levaram à desapropriação da sede da Federação Interprovincial de Centros Shuar (Ficsh) [4]. A sede estava ocupada desde março por Domingo Ankuash, ligado à Confederação de Nacionalidade Indígenas do Equador (CONAIE), que a havia tomado do atual líder da Ficsh, David Tankamash Juank. Ankuash havia tomado a sede em discordância da direção da federação indígena, que assumiu posições favoráveis à mineração em terras indígenas. O líder da Ficsh, Tankamash Juank, realizou uma assembleia da organização em 8 de julho, que autorizou que ele buscasse apoio da Polícia Nacional e do Ministério do Interior para realizar a desocupação da sede. Lideranças da CONAIE denunciaram violações cometidas pela atuação policial e reconheceram Ankuash como líder legítimo da Ficsh [5].

Por fim, em 2 de julho, o Citibank, um dos principais financiadores do setor extrativista na Amazônia – representando 18% de todo o financiamento de bancos privados na região, anunciou novas regras de ESG (Environmental, Social and Governance, na sigla em inglês) para o financiamento de empreendimentos ligados à extração de petróleo e gás na Bacia Amazônica. O banco foi acusado de fazer *greenwashing* em relatório, publicado em junho de 2024, pela Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), integrada pela Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (COFENIAE), e pela ONG canadense Stand.earth. O Citibank se comprometeu a não financiar mais projetos extrativistas na região da bacia amazônica e nem serviços ligados à logística do setor [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/ind%C3%ADgenas-exigen-respeto-consulta-previa-222700642.html>
- [2] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/ecuador-ampliacion-inversiones-renegociacion-enap/>
- [3] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/ecuador-contrato-petrolera-enap-chile-bloque-amazonia-74235/>
- [4] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/asi-fue-el-desalojo-de-sede-indigena-en-la-amazonia-de-ecuador.html>
- [5] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/indigenas-division-mineria-ficsh-shuar-conaie-ecuador-nota/>
- [6] Disponível em: <https://coicamazonia.org/citibank-responde-a-la-presion-de-lideres-indigenas-y-organizaciones-ambientales-con-una-nueva-politica-para-la-amazonia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A eleição presidencial venezuelana, que ocorreu no final de julho, gerou preocupação na Guiana por conta da retórica belicista de Nicolás Maduro sobre o território amazônico de Essequibo. O litígio territorial serve a um duplo propósito para o líder venezuelano: primeiro como um vetor de aglutinação política em trono de um discurso nacionalista que invoca um direito territorial histórico; segundo, sendo a economia venezuelana altamente dependente do petróleo, as descobertas recentes de reservas em Essequibo representam uma oportunidade de aumentar os recursos do Estado venezuelano [1].

A denúncia do imperialismo das grandes potências conecta os dois propósitos no discurso de Maduro. Essequibo, outrora parte da Venezuela, foi consequência do avanço britânico sobre o território da atual Guiana. Além disso, a exploração do petróleo atualmente é feita principalmente pela ExxonMobil, uma empresa sediada nos Estados Unidos que, por sua vez, é a grande potência responsável por sanções econômicas à Venezuela hoje. Além das falas, o governo venezuelano mantém tropas na fronteira com a Guiana [1]. Do ponto de vista guianense, portanto, a manutenção de Maduro no poder é um fator de preocupação para a estabilidade da sua soberania sobre parte da Amazônia.

O petróleo é o recurso natural em destaque em Essequibo, mas não é o único. A mineração de ouro é outra atividade econômica relevante na economia guianesa e também atrai investimentos estrangeiros. Em 2020, a empresa Reunion Gold Corporation iniciou um projeto no qual foram descobertas quantidades significativas de ouro, dando início ao Oko West Project [2][3]. Algumas empresas, principalmente canadenses, vêm se mobilizando para iniciarem as atividades de exploração na região. A empreitada é impulsionada pelo governo de Irfaan Ali, como explicou, em uma entrevista, o Vice-Presidente Bharrat-Jagdeo [4].

Ao mesmo tempo em que os principais vetores para o crescimento econômico são as exportações de petróleo e ouro, duas atividades poluidoras e com implicações ambientais e climáticas, o discurso do governo assume uma postura pró-clima. Isso ocorre por conta da enorme cobertura vegetal do país, o que permite uma capacidade de absorção de carbono ímpar. A Guiana também desenvolveu instrumentos financeiros capazes de transformar essa capacidade em ganhos monetários e políticos, já que a preocupação com as questões climáticas é mundial.

Exemplo desta postura ocorreu no dia 27 de julho, quando o Ministro dos Recursos Naturais da Guiana, Vickram Bharrat, apresentou um modelo de desenvolvimento sustentável para a Guiana no aniversário de um ano da iniciativa *Amazonia Forever*, fazendo referência a *Low Carbon Development Strategy* (LCDS). A LCDS teve início em 2009 e, nos últimos anos, garantiu cerca de US\$ 1 bilhão para a economia da Guiana [5]. O que intriga nesse equilíbrio proposto pela Guiana entre extrativismo e sustentabilidade é sua longevidade: será possível conciliar o crescimento econômico com atividades essencialmente degradantes do ponto de vista climático e ambiental? O governo aposta, no discurso, que são ações complementares, mas o tempo mostrará se não são, em verdade, contraditórias.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/article/2024/jul/21/venezuela-guyana-latin-america-tensions-rise-maduro-essequibo-border-dispute-support-elections-oil-indigenous>
- [2] Disponível em: <https://www.reuniongold.com/oko-west-project>
- [3] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/07/24/canadian-company-eyes-big-boost-in-status-with-acquisition-of-gold-project-in-guyana/>
- [4] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/07/20/vp-jagdeo-supports-pushing-omai-to-begin-gold-production/>
- [5] Disponível em: <https://newsroom.gy/2024/07/27/guyana-shares-model-for-sustainable-growth-at-amazon-forum/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Tradicionalmente, em 28 de julho, o presidente do Peru emite uma mensagem à nação, na qual é feito um balanço da sua gestão e anunciado um conjunto de medidas para o ano seguinte. Essa tradição, que existe desde 1832, é parte das celebrações das Festas Pátrias, nas quais se celebra o aniversário de independência do Peru, estando inclusive prevista no inciso 7 do artigo 118 da Constituição do país [1].

Este ano, no discurso da presidenta Dina Boluarte, os temas ambientais apareceram de forma bastante suscinta, se comparados a outros temas abordados, o que demonstra que a proteção da Amazônia não é um tema central na agenda do atual governo. Não foram mencionadas questões cruciais para a preservação da biodiversidade

da floresta, como a pesca ilegal em áreas protegidas, o assassinato de mais de 30 defensores das causas ambientais na última década, a “Lei Antiflorestal” e o Acordo de Escazú [2].

A “Lei Antiflorestal” é um termo cunhado por especialistas e ativistas ambientais para se referir aos projetos de lei 649, 894 e 2315/2021-CR, que modificaram a Lei Florestal e de Fauna Silvestre, nº 29.763. A partir da mudança aprovada no dia 14 de dezembro de 2023, torna-se possível legalizar atividades agrárias sem que haja um respaldo técnico acerca do seu impacto ambiental. Segundo a *Sociedad Peruana de Derecho Ambiental* (SPDA), tal medida “promove e legaliza o desmatamento e a degradação dos bosques” [3].

No que toca o Acordo de Escazú (que versa sobre acesso à justiça, informação e participação em matéria ambiental), o Peru foi um dos países que conduziram as negociações iniciais e um dos primeiros a assiná-lo, em 27 de setembro de 2018. Contudo, o país ainda não o ratificou. A comissão legislativa peruana responsável pela análise do documento descartou a ratificação em 2020, alegando que isso “afetaria a soberania do país em matéria de administração de justiça”, e a discussão não foi retomada [4].

Apesar do silêncio de Boluarte a respeito destes temas, a mandatária fez alguns anúncios que podem contribuir para a preservação da Amazônia e das comunidades que habitam a floresta. Prometeu o desembolso de mais de 26 milhões de soles (equivalente a aproximadamente US\$ 6,95 milhões), até julho de 2025, para ações voltadas à conservação de mais de 1 milhão de hectares de florestas e à melhoria na qualidade de vida das comunidades nativas e camponesas residentes na região amazônica [5]. Anunciou também que, no terceiro trimestre de 2024, o governo aprovará a Estratégia Nacional de Mudança Climática, que permitirá alcançar, até 2050, a neutralidade do carbono e benefícios financeiros líquidos de US\$ 140 mil [6].

O Ministério do Meio Ambiente (Minam), por sua vez, lançou, no dia 4 de julho, o projeto *Cadenas de valor libres de deforestación en la Amazonía peruana* (Projeto FOLUR, na sigla em inglês), na região de San Martín, a partir do qual se introduzirá um modelo de produção de café e cacau livre de desmatamento. Com essa intervenção, se pretende reduzir a degradação de mais de 1 milhão de hectares de terras [7]. Tal iniciativa está sendo implementada com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O FOLUR faz parte do Programa de Impacto de Sistemas Alimentares, Uso e Restauração da Terra, que tem com o objetivo transformar o sistema

alimentar mundial por meio da promoção de paisagens sustentáveis e integradas em cadeias de valor de *commodities* eficazes [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/07/26/desde-cuando-los-presidentes-de-peru-dan-mensaje-a-la-nacion-tradicion-de-28-de-julio-no-se-origino-en-1821-evat-2107534>
- [2] Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/estos-son-los-temas-ambientales-que-trato-dina-boluarte-en-su-mensaje-a-la-nacion/>
- [3] Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/spda-presenta-opinion-legal-sobre-norma-que-legalizaria-la-deforestacion-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54639163>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/994794-gobierno-prioriza-la-sostenibilidad-ambiental-y-conservacion-de-bosques-en-politicas-publicas-para-impulsar-el-desarrollo-economico>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/994794-gobierno-prioriza-la-sostenibilidad-ambiental-y-conservacion-de-bosques-en-politicas-publicas-para-impulsar-el-desarrollo-economico>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/983398-san-martin-minam-lanza-proyecto-para-impulsar-la-produccion-sostenible-de-cafe-y-cacao>
- [8] Disponível em: <https://www.folur.org/>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em um novo caso de tensão internacional na Pan-Amazônia, o embaixador da França no Suriname, Nicolas de Lacose, anunciou, em uma conferência de imprensa na embaixada da França, que a União Europeia (UE) iniciou procedimentos para estabelecer sanções contra o Suriname. O motivo seria o fato de o Suriname ter falhado no combate à pesca ilegal em águas da Guiana Francesa (portanto, jurisdição francesa). No dia 25 de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca do Suriname, Parmanand Sewdien, confirmou que a UE havia iniciado o processo [1]. As sanções serão direcionadas a mercadorias derivadas da pesca exportadas pelo Suriname [1][2].

Entretanto, ainda em julho, Sewdien afirmou que o Suriname e a França iriam assinar um acordo de cooperação para combater a pesca ilegal. De acordo com o ministro, o acordo será assinado em setembro. O Suriname afirma que possui leis estritas sobre a regulamentação da pesca, mas que não possui os equipamentos e os recursos necessários para conseguir combater o problema, por isso a ajuda da França seria fundamental para a

concretização da tarefa. Além disso, o governo do Suriname alega que muitos pescadores que fraudam as licenças de pesca e exercem a atividade em territórios impróprios são oriundos da Guiana Francesa.

A UE comunicou o Suriname sobre o problema da pesca ilegal em janeiro de 2023 e em abril de 2024, mas não obteve respostas. A questão pode guardar um problema ainda mais complexo, que é o deslocamento de pescadores por conta de dificuldades produzidas pela exploração de petróleo *offshore*, que acontece na Guiana e no Suriname. Trata-se de uma hipótese que precisa ser acompanhada e que sugere um efeito em cadeia, pois teria repercussões no meio de subsistência de parcelas da sociedade e possivelmente na ocupação territorial do país.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/07/26/eu-sanctieprocedure-tegen-suriname-ingezet-wegens-illegale-visserij/>

[2] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/07/19/suriname-en-frankrijk-tekenen-in-september-overeenkomst-om-illegale-visserij-aan-te-pakken/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em julho, não foram registrados acontecimentos relevantes relacionados à Amazônia venezuelana. O principal tema do mês no país foi a eleição presidencial, que ocorreu no dia 28 de julho, tendo sido marcada por diversos problemas, como denúncias de perseguições do governo a opositores. Nicolás Maduro foi declarado vencedor do pleito, mas sua vitória foi questionada tanto pela oposição quanto por outros Estados e organizações internacionais.

Durante a campanha eleitoral, temas ligados à Amazônia ou à pauta ambiental em geral não tiveram destaque. Vale mencionar, no entanto, que, em ambos os planos de governo e oposição, havia menções superficiais a estas questões. No plano de Nicolás Maduro, “Plan de la Patria 2025-2031”, são mencionadas sete transformações pretendidas para o país. A sexta inclui “a implementação de ações para combater a crise climática, e salvaguardar a Amazônia e as reservas naturais venezuelanas da voracidade do capitalismo”. [1]

O discurso, no entanto, contradiz a realidade. Em 2016, o governo criou o Arco Minero del Orinoco (AMO), projeto que estabeleceu uma área de quase 112.000 km² na fronteira norte da Amazônia para viabilizar atividades de mineração. O projeto culminou na proliferação de ações irregulares na região, que ocasionam a degradação ambiental e social no território amazônico. [2]

O plano de governo da oposição, por sua vez, denominado “Venezuela Tierra de Gracia”, menciona seis eixos, sendo o quarto intitulado *Desarrollo de una economía verde resiliente, protección ambiental y transición del modelo energético*. Nele se menciona que “a preservação da Amazônia venezuelana será prioritária” [3], mas não é especificado o que seria feito e nem como essa preservação seria buscada na ocasião de um governo da Plataforma Unitária Democrática (PUD).

Apesar das menções à Amazônia nos planos de governo, durante a campanha e após a votação, o tema não foi discutido. As incertezas quanto ao futuro político na Venezuela permanecem e, com isso, questões ligadas à floresta continuam sem grande relevância para o governo e para a oposição.

Referências

[1] Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-07-28/el-plan-de-gobierno-de-nicolas-maduro-el-presidente-de-venezuela-busca-la-continuidad-del-oficialismo.html>

[2] Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/internacional/20240725/emiliano-teran-mantovani-sociologo-existencia-106061132>

[3] Disponível em: <https://conmariacorina.com/es/programa-de-gobierno>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 3 de julho, a OTCA celebrou o 46º aniversário do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) [1]. Para comemorar a data, a organização lançou o [novo site do Projeto Bacia Amazônica](#) com o objetivo de fornecer informações precisas e atualizadas sobre a iniciativa diretamente para a sociedade. Disponíveis em três idiomas (espanhol, inglês e português), os gráficos, mapas, publicações, vídeos e documentos trazem informações sobre as fases subsequentes do projeto e permitem ao público analisar dados de monitoramento das 17 intervenções instauradas na Bacia Amazônica. Segmentadas por tópico de interesse, tais como estrutura organizacional e benefícios ambientais e sociais, o site também possui uma área específica destinada a cursos de capacitação e um

link que leva ao site oficial do Programa de Ações Estratégicas (PAE). No mesmo dia, a OTCA reuniu os membros da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR) para celebrar o aniversário do TCA [2].

No dia 17 de julho, alunos e professores do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED), da Escola Superior de Defesa (ESD) brasileira, visitaram a sede da OTCA, em Brasília [3]. Na ocasião, os visitantes assistiram a palestra “Multilateralismo Amazônico: o papel da OTCA”, ministrada por Vanessa Grazziotin, Diretora-Executiva da instituição. Em sua fala, Grazziotin sinalizou a importância da aproximação entre a ESD e a OTCA e o papel de ambas as organizações na promoção de debates concernentes ao bioma amazônico. Também participaram do encontro a Diretora-Administrativa e Especialista em Projetos de Desenvolvimento, Edith Paredes, o Coordenador de Meio Ambiente, Carlos Salinas, o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, e o Coordenador do Observatório Regional Amazônico (ORA), Mauro Luis Ruffino.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/para-comemorar-o-46o-aniversario-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-a-otca-lanca-o-novo-site-do-projeto-bacia-amazonica/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/46-anos-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-um-marco-na-preservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia/>.

[3] Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/noticias/alunos-e-professores-do-caed-visitam-sede-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica>